

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.656 - MG (2019/0287535-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : EMILSON LUIS DOS SANTOS
AGRAVANTE : MICHAEL FERNANDO DE ARAÚJO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EMILSON LUIS DOS SANTOS e MICHAEL FERNANDO DE ARAÚJO, em adversidade à decisão que inadmitiu recurso especial manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Minas Gerais, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 299):

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - DELITO DE FURTO - MATERIALIDADE DELITIVA COMPROVADA - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - INADMISSIBILIDADE - AUTORIA INDIVIDUAL - CONFISSÃO EM HARMONIA COM A PROVA TESTEMUNHAL - SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA - ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA E REINCIDÊNCIA - COMPENSAÇÃO - RECONHECIMENTO DO PRIVILÉGIO EM RELAÇÃO A UM DOS RÉUS - ADMISSIBILIDADE - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS - MATÉRIA AFETA AO JUÍZO DA EXECUÇÃO - RECURSO CONHECIDO PARCIALMENTE PROVIDO.

- É de se rejeitar a tese de aplicação do princípio da insignificância por ser medida temerosa a valoração do bem jurídico atingido pelo delito, considerando a importância que somente a vítima pode aferir ao seu bem, bem como o grau da ofensa por ela sofrida. A conduta praticada no caso concreto já foi valorada pelo legislador como penalmente relevante, não devendo o julgador, com base em critérios subjetivos, tratá-la como um indiferente penal, sob pena de proporcionar insegurança jurídica e incentivar a prática de delitos semelhantes.

- A confissão dos acusados, corroborada pelas demais provas produzidas, impõe a manutenção da condenação pelo delito de furto imposta na sentença.

Superior Tribunal de Justiça

- Diante do concurso entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência, devem elas ser compensadas, vez que ambas são de natureza subjetiva, não havendo prevalência de uma sobre outra.

- A primariedade do acusado e o pequeno valor do bem subtraído possibilitam o reconhecimento do furto privilegiado em relação a um dos réus.

- O pedido de isenção do pagamento das custas processuais deve ser dirigido ao Juízo da Execução Penal, por ser ele o competente para analisar eventual estado de hipossuficiência financeira do agente.

V.V. A efetiva lesão ao bem jurídico protegido pela norma penal é o conteúdo material do tipo, cujo critério objetivo a ser preenchido dependerá da análise do grau de ofensa ao valor tutelado pelo preceito incriminador.

Opostos embargos de declaração pela defesa (e-STJ fls. 318/332), estes não foram conhecidos, por falta de interesse recursal (e-STJ fls. 336/339).

Na sequência, opostos embargos infringentes (e-STJ fls. 343/354), estes foram rejeitados, nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 370):

EMENTA: EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE - CRIME DE FURTO QUALIFICADO - REPROVABILIDADE DA CONDUTA - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - INAPLICABILIDADE - EMBARGOS INFRINGENTES REJEITADOS. Se a conduta do réu é reprovável, não há que se falar em aplicação do princípio da insignificância.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 379/394), alegam os recorrentes violação do artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal e dos artigos 1º e 155, ambos do Código Penal.

Sustentam, em síntese, que o caso comporta a aplicação do princípio da insignificância, notadamente porque inexpressivo o valor da *res furtivae* – algumas barras de chocolate e uma caixa de fósforos, avaliados em R\$

Superior Tribunal de Justiça

48,00 (quarenta e oito reais).

Argumentam que eventuais circunstâncias pessoais desfavoráveis, como maus antecedentes e reincidência, bem como o modo de execução do delito (mediante concurso de pessoas) não constituem óbices à aplicação do princípio da bagatela.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 399/402), o Tribunal *a quo* inadmitiu o recurso especial (e-STJ fls. 404/410), dando ensejo à interposição do agravo ora apreciado (e-STJ fls. 413/425).

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pelo conhecimento do agravo para dar provimento ao recurso especial, consoante parecer cuja ementa é a seguinte (e-STJ fls. 442/445):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. FURTO PRIVILEGIADO E FURTO SIMPLES. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. PRESCINDIBILIDADE. INSIGNIFICÂNCIA. RES FURTIVA DE ÍNFIMO VALOR. POSSIBILIDADE, MESMO CONSIDERADA A REINCIDÊNCIA. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

- 1. É viável a apreciação do recurso especial quando a discussão em questão for exclusivamente de direito, exigindo-se não o reexame de provas, mas sua reavaliação. Precedentes.*
- 2. É possível a aplicação do princípio da insignificância quando ínfimo o valor do bem subtraído e reduzido o grau de reprovabilidade do comportamento imputado ao agente, mesmo que reincidente, conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*
- 3. Parecer pelo conhecimento do agravo para prover o recurso especial.*

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo, então, à análise do recurso especial.

A lei penal não deve ser invocada para atuar em hipóteses desprovidas de significação social, razão pela qual os princípios da insignificância e da intervenção mínima surgem para atuar como instrumentos de interpretação restrita do tipo penal. A ideia, entretanto, não pode ser aceita sem restrições, sob pena de o Estado dar margem a situações de perigo, na medida em que qualquer cidadão poderia se valer de tal princípio para justificar a prática de pequenos ilícitos, incentivando, por certo, condutas que atentem contra a ordem social.

Assim, o princípio da insignificância deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal, no sentido de excluir ou afastar a própria tipicidade penal, observando-se a presença de "certos vetores, como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada" (HC n. 98.152/MG, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 5/6/2009).

Narra a exordial acusatória que os recorrentes, em 16/11/2013, por volta das 21h, agindo em unidade de desígnios e comunhão de esforços, subtraíram para si 9 (nove) barras de chocolate e 1 (uma) caixa de fósforos (e-STJ fls. 4/5)

O Juízo sentenciante condenou os recorrentes como incursos nas sanções do art. 155, § 4º, inciso IV, do CP, tendo assim se pronunciado para afastar a incidência do princípio da insignificância, no caso concreto (e-STJ fl. 226):

A insignificância deve ser aferida levando-se em consideração não só o valor da coisa subtraída, mas, também, outras circunstâncias capazes de demonstrar que a conduta foi ofensiva e reprovável, revelando-se incabível a aplicação do referido princípio na hipótese vertente, em que o delito foi praticado mediante concurso de pessoas, por indivíduo que outrora já se envolvera em infrações penais.

Acerca da matéria, a Corte *a quo*, no julgamento do apelo

Superior Tribunal de Justiça

defensivo, consignou (e-STJ fl. 304):

[...]

De todo modo, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a aplicação do princípio da insignificância deve ter como suportes a mínima ofensividade da conduta do agente, a nenhuma periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Assim, para conjugar os citados aspectos, faz-se necessária a análise específica de cada caso concreto, não bastando, por si só, o valor da coisa subtraída.

No caso presente, ainda o material furtado tenha sido avaliado em R\$48,00 (quarenta e oito reais), à exceção da motocicleta que não foi subtraída, conforme laudo de avaliação de f. 29 e embora o réu Michael seja primário, nos termos da CAC de f. 46, não visualizo na conduta perpetrada uma ofensividade mínima, considerando ser medida temerária a valoração do bem jurídico atingido pelo delito, em razão da importância que somente a vítima pode aferir ao seu bem, bem como o grau da ofensa por ela sofrida.

Além disso, nos casos em que o valor do bem subtraído é pequeno o próprio legislador já previu a figura do furto privilegiado, cabível quando, além de menor a ofensa patrimonial, não é o agente reincidente, nos termos do § 2º, do art 155. do CP, o que será objeto de análise, ao final em relação ao réu Michael, já que o réu Emilson é reincidente, não fazendo jus à minorante.

Deste modo, entendo que não é cabível a aplicação do princípio da insignificância no presente caso.

[...].

E, na apreciação dos embargos infringentes, o Tribunal local ratificou o entendimento de que, não obstante o diminuto valor dos bens subtraídos – avaliados em R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) –, a conduta dos recorrentes se revestiu de reprovabilidade mais acentuada, na medida em que estes agiram em comunhão de esforços para a realização do delito (concurso de pessoas), pesando ainda em relação ao acusado Emilson o fato de ser reincidente (e-STJ fl. 373).

Superior Tribunal de Justiça

Como é cediço, a jurisprudência assente desta Corte é no sentido de que, nos casos em que há a prática de delito de furto qualificado, bem como quando o agente for reincidente ou portador de maus antecedentes, as circunstâncias indicam maior grau de reprovabilidade da conduta, a afastar a aplicação do princípio da insignificância.

A propósito, os seguintes julgados:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO COLEGIADO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 568/STJ. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE AGENTES. REPROVABILIDADE ACENTUADA DA CONDUTA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. DECISÃO MANTIDA.

I - Não constitui ofensa ao princípio da Colegialidade a prolação de decisões monocráticas no âmbito desta Corte, estando tal entendimento inclusive sedimentado por ocasião da edição da Súmula n. 568/STJ. Ademais, sempre haverá a possibilidade de a decisão monocrática estar sujeita à apreciação do órgão colegiado, em virtude de eventual recurso de agravo regimental, como na espécie. Precedentes.

II - Esta Corte tem entendimento pacificado no sentido de que não há que se falar em atipicidade material da conduta pela incidência do princípio da insignificância quando não estiverem presentes todos os vetores para sua caracterização, quais sejam: (a) mínima ofensividade da conduta; (b) nenhuma periculosidade social da ação;

(c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento, e; (d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.

III - É inaplicável, na hipótese, o denominado princípio da insignificância, tendo em vista que, apesar do pequeno valor da res furtiva, o delito praticado pelos recorrentes, conforme consignado na decisão monocrática recorrida, foi cometido mediante concurso de agentes, circunstância apta a obstar a incidência do referido princípio, por denotar maior reprovabilidade da conduta.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1829890/SC, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA

TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 21/10/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. FURTO QUALIFICADO. CONCURSO DE AGENTES E REINCIDÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICAÇÃO. INVIABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A aplicabilidade do princípio da insignificância deve observar as peculiaridades do caso concreto, de forma a aferir o potencial grau de reprovabilidade da conduta e identificar a necessidade, ou não, da utilização do direito penal como resposta estatal.

2. A aplicabilidade do princípio da insignificância é cabível quando se evidencia que o bem jurídico tutelado (no caso, o patrimônio) sofreu mínima lesão e a conduta do agente expressa pequena reprovabilidade e irrelevante periculosidade social.

3. Na hipótese dos autos, porém, não há como se afirmar o desinteresse estatal à repressão da conduta praticada pelos Agravantes, já que o delito de furto foi perpetrado em concurso de agentes. E, segundo a jurisprudência pacífica desta Corte, "a prática do delito de furto qualificado por escalada, arrombamento ou rompimento de obstáculo ou concurso de agentes, caso dos autos, indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância" (HC 351.207/RS, Rel.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe de 01/08/2016; sem grifos no original).

4. Constatada a habitualidade delitiva em crimes patrimoniais, revela-se impossível a aplicação do princípio da insignificância, no caso concreto, para o Réu Paulo Emílio Baia Vargas, ante a evidente reprovabilidade da conduta.

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1511333/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/8/2019, DJe 27/8/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 568 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. CONCURSO DE

Superior Tribunal de Justiça

AGENTES E ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. ATENUANTE DA CONFISSÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Cabe ressaltar a viabilidade do julgamento monocrático, porquanto, nos termos da Súmula n. 568 desta Corte, o relator, monocraticamente, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

2. No caso dos autos, a decisão agravada está fundamentada em jurisprudência dominante desta Corte no sentido de que a prática do delito de furto qualificado por rompimento de obstáculo e concurso de agentes indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância.

3. No que tange ao reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, "o intuito de debater novos temas, por meio de agravo regimental, não trazidos inicialmente no recurso especial, se reveste de indevida inovação recursal, não sendo viável, portanto, a análise, ainda que se trate de matéria de ordem pública, porquanto imprescindível a prévia irresignação no momento oportuno e o efetivo debate sobre os temas" (AgRg no AREsp 401.770/PI, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 12/11/2013).

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1806354/RO, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 6/8/2019, DJe 9/8/2019).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. FURTO QUALIFICADO. CONCURSO DE AGENTES. CONTINUIDADE DELITIVA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. "A jurisprudência pacífica desta Corte é no sentido de que a prática do delito de furto qualificado por escalada, arrombamento ou rompimento de obstáculo ou concurso de agentes, caso dos autos, indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância" (HC 351.207/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/6/2016, DJe 1/8/2016).

2. Além disso, a prática dos crimes se deu na forma do art. 71

Superior Tribunal de Justiça

do Código Penal, o que também impede a aplicação do referido benefício. Precedentes.

3. *Agravo regimental a que se nega provimento.* (AgRg no AREsp 1272319/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 2/10/2018, DJe 10/10/2018).

[...] PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ATIPICIDADE MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. FURTO PRATICADO EM CONCURSO DE AGENTES E CONTINUIDADE DELITIVA.

Conforme entendimento pacífico deste Sodalício, inviável a aplicação do princípio da insignificância ao furto praticado em concurso de agentes e continuidade delitiva.

[...]

2. *Agravo regimental não conhecido.* (AgRg no AREsp 1192968/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 1º/3/2018, DJe 7/3/2018).

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. ABUSO DE CONFIANÇA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. ELEVADO GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. *A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme em assinalar que a prática do crime de furto qualificado denota a maior reprovabilidade da conduta do agente e afasta, por conseguinte, a incidência do princípio da insignificância.*

2. *O Tribunal regional, ao apreciar o recurso defensivo, decidiu em consonância com o entendimento desta Corte. Incidência da Súmula n. 83 do STJ.*

3. *Agravo regimental não provido.* (AgRg no AREsp 908.384/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/8/2016, DJe 30/8/2016).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. VALOR QUE NÃO PODE SER CONSIDERADO IRRISÓRIO. QUALIFICADORA DE ABUSO DE CONFIANÇA. INAPLICABILIDADE.

I - In casu, foi imputada ao agravante a tentativa de subtração

Superior Tribunal de Justiça

de objetos cujo valor - R\$ 319,60, não pode ser considerado irrisório, o que inviabiliza o reconhecimento da atipicidade da conduta (precedentes).

II - Ademais, esta Corte segue a orientação de que o princípio da insignificância é inaplicável ao crime de furto qualificado pelo abuso de confiança, haja vista o maior desvalor da conduta delituosa (precedentes). Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1575298/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 4/4/2016).

A Terceira Seção desta Corte Superior, contudo, no julgamento do EREsp n. 1.609.444/SP, fixou a tese de que, nos casos de furto qualificado pelo concurso de agentes, a maior reprovabilidade da conduta, para fins de incidência ou não do princípio da bagatela, deve ser verificada caso a caso, observadas as particularidades do caso concreto.

Nessa mesma linha, os seguintes julgados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. TEMPESTIVIDADE DO APELO NOBRE. RECURSO CONHECIDO. MÉRITO. FURTO QUALIFICADO. CONCURSO DE AGENTES. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. POSSIBILIDADE. BEM DE VALOR ÍNFIIMO. UMA PLACA DE GRAMA PERTENCENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES.

[...]

3. Embora a jurisprudência desta Corte tem rechaçado a aplicação do princípio da insignificância no crime de furto qualificado, bem como quando o agente for reincidente ou portador de maus antecedentes, tendo em vista maior ofensividade e reprovabilidade da conduta, no caso em apreço, foi furtada pelos réus, primários e sem antecedentes penais desabonadores, uma placa de grama, cujo valor à toda evidência não ultrapassa o montante de R\$ 5,00 (cinco reais), pertencente à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

4. Assim, a despeito do furto ser qualificado, este Tribunal Superior entende que é recomendável a aplicação do princípio bagatelar, pois se trata de uma hipótese excepcional, em que

foi constatada a ínfima lesão ao bem jurídico tutelado, a mínima ofensividade da conduta dos agentes, bem como a ausência de antecedentes penais.

5. Embargos declaratórios acolhidos com efeitos infringentes, a fim de conhecer do recurso especial do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, porquanto interposto tempestivamente e, no mérito, negar-lhe provimento. (EDcl no AgRg no REsp 1800082/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/9/2019, DJe 24/9/2019). - grifei

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE AGENTES. INSIGNIFICÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. REINCENTE. MAUS ANTECEDENTES. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. A Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento do EREsp 1.609.444/SP, fixou a tese de que nos casos de furto qualificado pelo concurso de agentes, a maior reprovabilidade da conduta decorrente da incidente da qualificadora deve ser verificada em cada caso se, de fato, suficiente a afastar a qualificadora. No caso ora em análise, não se verifica a possibilidade de concessão da ordem para determinar o trancamento da ação penal, uma vez que reprovabilidade do comportamento do paciente é acentuada, por tratar-se de reincidente que há pouco tempo, teve a punibilidade pela prática de crime patrimonial extinta pelo cumprimento de pena e tendo a Corte de origem destacado a existência do registro de outros delitos contra o patrimônio, além daquele que ensejou a condenação.

[...]

4. Habeas Corpus não conhecido. (HC 493.149/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 11/4/2019, DJe 29/4/2019). - grifei

Na espécie, considerando a natureza da *res furtivae* (barras de chocolate e 1 caixa de fósforo), de reduzido valor econômico – bens subtraídos avaliados em R\$ 48,00 (quarenta e oito reais), equivalentes a 7% (sete por cento) do valor do salário mínimo vigente à época dos fatos (2013 - R\$ 678,00) –, e,

ainda, em razão da relevante capacidade financeira da vítima (supermercado Walmart), as particularidades do caso concreto demonstram que o fato de o delito ter sido praticado em concurso de agentes não teve o condão de imprimir maior reprovabilidade à conduta dos recorrentes, possibilitando a aplicação do princípio da insignificância.

As particularidades do caso concreto permitem concluir que, mesmo em relação ao recorrente Emilson Luis dos Santos, que é reincidente, conforme asseverado pelas instâncias ordinárias (e-STJ fl. 373), a aplicação do princípio da bagatela se mostra recomendável, dada a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE FURTO SIMPLES. REINCIDÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. EXCEPCIONALIDADE ADMITIDA. VALOR IRRISÓRIO DO BEM. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O princípio da insignificância deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal, no sentido de excluir ou afastar a própria tipicidade penal, observando-se a presença de "certos vetores, como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada" (HC n. 98.152/MG, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 5/6/2009).

2. A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do EREsp n. 221.999/RS, de minha relatoria, DJe 10/12/2015, estabeleceu que a reiteração criminosa inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância, ressalvada a possibilidade de verificação, no caso concreto, de que a medida é socialmente recomendável.

3. No presente caso, relata a denúncia que o acusado tentou subtrair para si uma pasta de plástico contendo uma série de documentos pessoais, pertencentes à vítima. Denota-se a inexpressividade da lesão jurídica provocada, uma vez que,

além da reduzida expressividade do valor do bem subtraído (1 pasta de plástico contendo documentos pessoais), não houve prejuízo à vítima, uma vez que o furto foi tentado, conjuntura que admite a aplicação do princípio da insignificância.

4. Trata-se de situação que atrai a incidência excepcional do Princípio da Insignificância, mesmo o réu sendo reincidente, tendo em vista as circunstâncias em que o delito ocorreu (tentativa de furto simples), o valor reduzido e a natureza da res furtiva.

5. Agravo regimental não provido. (AgInt no REsp 1799049/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 10/5/2019). - grifei

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. FURTO DE R\$ 7,00 (SETE REAIS). REITERAÇÃO DELITIVA DO RÉU. IRRELEVÂNCIA. INEXPRESSIVA LESÃO JURÍDICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCIDÊNCIA.

1. Sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. Não obstante a reiteração delitiva do réu, a subtração de R\$ 7, 00, (sete reais), avaliados em menos de 2% do valor do salário mínimo, deve ser tida como de inexpressiva lesão ao bem jurídico tutelado.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 446.029/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 4/10/2018, DJe 25/10/2018). - grifei

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. 1. FURTO SIMPLES. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. RES FURTIVA AVALIADA EM CERCA DE 5% DO SALÁRIO MÍNIMO DA ÉPOCA. REITERAÇÃO DELITIVA IRRELEVANTE NO CASO ESPECÍFICO DOS AUTOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO IMPUGNADA QUE SE IMPÕE. 2. RECURSO IMPROVIDO.

1. Inexiste reparo a ser efetuado na decisão agravada, tendo em vista que se mostra inequívoco o reduzido grau de

*reprovabilidade, a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação e, ainda, a inexpressiva lesão jurídica ocasionada, de forma a viabilizar a aplicação do princípio da insignificância, pois, **apesar da reiteração delitiva do paciente, trata-se de furto simples de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), quantia essa que equivale a apenas cerca de 5% do salário mínimo vigente à época dos fatos e que foi restituída à vítima. Trata-se, portanto, de indubitado irrelevante penal.***

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no RHC 96.913/MT, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/8/2018, DJe 28/8/2018). - grifei

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. FURTO SIMPLES TENTADO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1º E 155, AMBOS DO CP; E 385 DO CPP. RES FURTIVA: UMA LATA DE CERA AUTOMOTIVA AVALIADA EM R\$ 19,90. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCIDÊNCIA. PARTICULARIDADES DO CASO. REDUZIDA EXPRESSIVIDADE DO VALOR DOS BENS SUBTRAÍDOS. RESTITUIÇÃO À VÍTIMA.

1. O Juízo singular rejeitou a denúncia em face da aplicação do princípio da insignificância, notadamente pelo ínfimo valor do bem subtraído (uma lata de cera automotiva avaliada em R\$ 19,90).

2. Não se desconhece a posição majoritária desta Corte Superior de que a reincidência, por si só, não exclui a aplicação do princípio da insignificância, mas deve ser sopesada junto com as demais circunstâncias fáticas, admitindo-se incidência do aludido princípio ao reincidente em situações excepcionais.

3. Por se tratar de furto simples tentado, de ser ínfimo o valor subtraído, bem como o montante ter sido restituído à vítima, mostra-se presente a excepcionalidade que autoriza a incidência do princípio da insignificância.

[...]

5. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1731857/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 2/8/2018, DJe 13/8/2018).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea "c", parte final, do RISTJ, **conheço** do agravo para **dar provimento** ao recurso especial, para, aplicando o princípio da insignificância, absolver os recorrentes EMILSON LUIS DOS SANTOS e MICHAEL FERNANDO DE ARAÚJO.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

